

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. INTRODUÇÃO	33
1.1. FUNDAMENTOS, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS (REGRAS).....	33
1.2. NATUREZA JURÍDICA	36
2. PRINCÍPIOS	39
2.1. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	40
2.2.1. Exceções ao duplo grau de jurisdição	41
2.2.1.1. Recursos especial e extraordinário	41
2.2.1.2. Foro por prerrogativa de função	42
2.2. TAXATIVIDADE.....	43
2.3. UNIRRECORRIBILIDADE	45
2.4. FUNGIBILIDADE E CONVOLAÇÃO	47
2.4.1. Princípio da fungibilidade	47
2.4.2. Princípio da convolação.....	49
2.4.3. Quadro-resumo (fungibilidade x convolação)	50
2.5. VOLUNTARIEDADE E DISPONIBILIDADE	50
2.5.1. Quadro-resumo (voluntariedade x disponibilidade).....	53
2.6. <i>NON REFORMATIO IN PEJUS</i> E <i>REFORMATIO IN MELLIUS</i>	54
2.6.1. <i>Non reformatio in pejus</i>	54
2.6.1.1. <i>Non reformatio in pejus</i> direta	54
2.6.1.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta	56
2.6.2. <i>Reformatio in mellius</i>	59
2.7. DIALETICIDADE	61
2.7.1. Exceção ao princípio da dialeticidade.....	63
2.8. COMPLEMENTARIEDADE.....	64
2.9. COLEGIALIDADE.....	65
2.9.1. Breves considerações acerca da organização interna dos tribunais de segunda instância	66
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: PRELIBAÇÃO	68
3.1. PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS.....	69
3.1.1. Cabimento	70
3.1.2. Tempestividade	71
3.1.2.1. Características do prazo recursal no processo penal...71	
3.1.2.2. Contagem do prazo recursal criminal.....	72

3.1.2.3.	Justa causa para a perda do prazo recursal.....	74
3.1.2.4.	Prazo recursal para a defesa	75
3.1.2.5.	Prazo recursal para o Ministério Público	78
3.1.2.6.	Prazo em dobro	80
3.1.2.7.	Férias forenses.....	81
3.1.2.8.	Interposição do recurso através de instrumentos de transmissão de dados e imagens (fax)	82
3.1.2.9.	Intimação e citação por meios eletrônicos	83
3.1.3.	Regularidade formal.....	85
3.1.3.1.	Forma na interposição do recurso	85
3.1.3.2.	Forma no arrazoamento do recurso	86
3.1.4.	Preparo	88
3.2.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS SUBJETIVOS	90
3.2.1.	Legitimidade recursal ativa.....	90
3.2.1.1.	Capacidade do réu para interpor recursos	91
3.2.1.2.	Da legitimidade do assistente de acusação	91
3.2.2.	Interesse recursal	95
3.2.2.1.	Da renúncia e da desistência	95
3.2.2.2.	Interesse recursal do réu na sentença absolutória ...	97
3.2.2.3.	Interesse recursal do Ministério Público após ter requerido a absolvição do réu	103
4.	EFEITOS DOS RECURSOS.....	104
4.1.	EFEITO OBSTATIVO.....	105
4.2.	EFEITO DEVOLUTIVO	105
4.2.1.	Efeito devolutivo quanto ao direcionamento	106
4.2.2.	Efeito devolutivo quanto à extensão.....	107
4.2.3.	Efeito devolutivo quanto à amplitude.....	108
4.2.3.1.	Recurso da acusação.....	109
4.2.3.2.	Recurso da defesa.....	110
4.3.	EFEITO SUSPENSIVO	111
4.4.	EFEITO REGRESSIVO	114
4.5.	EFEITO EXTENSIVO	115
5.	CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS	116
5.1.	QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO	116
5.1.1.	Recurso de fundamentação livre	116
5.1.2.	Recurso de fundamentação vinculada	117
5.2.	QUANTO À EXTENSÃO DA MATÉRIA IMPUGNADA.....	118
5.2.1.	Recurso total.....	118
5.2.2.	Recurso parcial	119
5.3.	QUANTO ÀS FONTES NORMATIVAS.....	119
5.3.1.	Recursos constitucionais	119
5.3.2.	Recursos legais.....	119

5.4. QUANTO AO OBJETO (MOTIVAÇÃO)	120
5.4.1. Recursos ordinários.....	120
5.4.2. Recursos extraordinários	121

CAPÍTULO 2

DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

1. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (ARTS. 581 A 592 DO CPP)	123
1.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	123
1.2. CABIMENTO	124
1.2.1. Hipóteses de cabimento do art. 581 do CPP.....	125
1.2.1.1. Decisão que não receber a denúncia ou queixa (art. 581, I).....	126
1.2.1.2. Decisão que declarar a incompetência do juízo (art. 581, II).....	128
1.2.1.3. Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III).....	129
1.2.1.4. Decisão que determinar a pronúncia do réu (art. 581, IV).....	131
1.2.1.5. Decisão que concede, nega, arbitra, cassa ou jul- ga inidônea a fiança, indefere requerimento de prisão preventiva ou o revoga, concede liberdade provisória ou relaxa a prisão em flagrante (art. 581, V).....	133
1.2.1.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor (art. 581, VII)	135
1.2.1.7. Decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro motivo, extinta a punibilidade (art. 581, VIII)....	137
1.2.1.8. Decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da puni- bilidade (art. 581, IX).....	139
1.2.1.9. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>ha- beas corpus</i> (art. 581, X)	140
1.2.1.10. Decisão que anular o processo da instrução cri- minal, no todo ou em parte (art. 581, XIII)	141
1.2.1.11. Decisão que incluir ou excluir jurado da lista geral (art. 581, XIV).....	143
1.2.1.12. Decisão que denegar a apelação ou a julgar de- serta (art. 581, XV)	144
1.2.1.13. Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial (art. 581, XVI).....	145
1.2.1.14. Decisão que decidir o incidente de falsidade (art. 581, XVIII)	146

1.2.1.15.	Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (art. 581, XXV)	147
1.2.2.	Outras situações de cabimento do recurso em sentido estrito.....	148
1.3.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	149
1.3.1.	Forma e prazo	149
1.3.2.	Processamento	151
1.3.3.	Competência para o julgamento.....	157
1.3.4.	Resumo esquemático do procedimento no recurso em sentido estrito	158
1.4.	EFEITOS	159
1.5.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO NA PRÁTICA.....	161
1.5.1.	Recurso em sentido estrito para a defesa técnica	164
1.5.1.1.	Modelo genérico de recurso em sentido estrito sem as razões anexas.....	165
1.5.1.2.	Modelo genérico de recurso em sentido estrito com “folha de rosto” e razões anexas	166
1.5.1.3.	Modelo de recurso em sentido estrito interposto pela defesa em caso concreto	169
1.5.2.	Recurso em sentido estrito para a assistência à acusação... 176	
1.5.2.1.	Modelo de recurso em sentido estrito interposto pelo assistente de acusação em caso concreto	177
2.	APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP).....	184
2.1.	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	184
2.2.	ESPÉCIES DE APELAÇÃO	185
2.2.1.	Apelação plena e apelação parcial	185
2.2.2.	Apelação principal e apelação subsidiária	186
2.2.3.	Apelação sumária e apelação ordinária	187
2.3.	HIPÓTESES DE CABIMENTO	188
2.3.1.	Sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular (art. 593, I, do CPP).....	188
2.3.2.	Decisões definitivas ou com força de definitivas proferidas por juiz singular, nos casos não previstos no capítulo anterior (art. 593, II, do CPP)	190
2.2.3.	Apelação das decisões do Tribunal do Júri (art. 593, III, do CPP)	200
2.4.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	220
2.4.1.	Forma, preparo e prazo	220
2.4.2.	Legitimidade e interesse recursal	225
2.4.3.	Processamento e competência para o julgamento.....	226
2.5.	EFEITOS	229
2.6.	RECURSO DE APELAÇÃO NA PRÁTICA.....	232
2.6.1.	Recurso de apelação para a defesa técnica.....	234

2.6.1.1.	Modelo genérico de recurso de apelação com pedido de interposição das razões diretamente perante o tribunal <i>ad quem</i> (art. 600, § 4º, do CPP)	235
2.6.1.2.	Modelo de recurso de apelação defensivo interposto em caso concreto com as razões já anexas ...	236
2.6.2.	Recurso de apelação para a assistência à acusação	244
2.6.2.1.	Modelo de recurso de apelação interposto pelo assistente em caso concreto com as razões já anexas ..	245
3.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE (ART. 609, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP).....	252
3.1.	CONCEITO E CABIMENTO	252
3.2.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	257
3.2.1.	Prazo, forma e preparo.....	257
3.2.2.	Legitimidade ativa e competência para o julgamento.....	258
3.3.	QUESTÕES IMPORTANTES NO ÂMBITO DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	259
3.3.1.	A problemática da divergência parcial	259
3.3.2.	Recurso cabível após o julgamento dos embargos infringentes ou de nulidade	263
3.3.3.	Embargos infringentes e de nulidade em face de recurso especial (STJ) e extraordinário (STF)	264
3.4.	EFEITOS	265
3.5.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE NA PRÁTICA	267
3.5.1.	Embargos infringentes interpostos pela defesa em caso concreto	267
3.5.2.	Embargos de nulidade interpostos pela defesa em caso concreto	274
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 619 E 620 DO CPP)	280
4.1.	CONCEITO, OBJETO E NATUREZA JURÍDICA	280
4.2.	CABIMENTO	280
4.3.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	283
4.4.	EFEITOS	284
4.4.1.	Efeito interruptivo do prazo dos demais recursos	285
4.4.2.	Embargos declaratórios com efeitos infringentes	286
4.5.	EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO	287
4.5.1.	Embargos de prequestionamento na prática defensiva forense	288
4.5.1.1.	Modelo de embargos de declaração com finalidade de prequestionamento interpostos pela defesa em caso concreto.....	289
5.	AGRAVO EM EXECUÇÃO (ART. 197 DA LEI Nº 7.210/1984)	295
5.1.	CONCEITO E CABIMENTO	295

5.2.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	298
5.2.1.	Forma, prazo e rito	298
5.2.2.	Legitimidade ativa e competência para o julgamento	299
5.3.	EFEITOS	300
5.4.	AGRAVO EM EXECUÇÃO NA PRÁTICA DEFENSIVA	301
5.4.1.	Agravo em execução interposto pela defesa em caso concreto	302
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL (ARTS. 639 A 646 DO CPP)	309
6.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS, CABIMENTO E CARACTERÍSTICAS	309
6.2.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	310
6.2.1.	Prazo e forma	310
6.2.2.	Processamento e competência para o julgamento	311
6.3.	EFEITOS	312
7.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL CRIMINAL (ARTS. 102, II, E 105, II, DA CF E ARTS. 30 A 32 DA LEI Nº. 8.038/1990)	314
7.1.	CONCEITO E CABIMENTO	314
7.1.1.	Cabimento do ROC perante o STF	315
7.1.2.	Cabimento do ROC perante o STJ	316
7.2.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	318
7.2.1.	Procedimento do ROC no STJ	318
7.2.2.	Procedimento do ROC no STF	319
7.3.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL NA PRÁTICA	321
7.3.1.	Modelo genérico de ROC defensivo interposto perante o STJ contra decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	322
8.	RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO (ARTS. 102, III, E 105, III, DA CF/88)	325
8.1.	CONCEITO, CONSIDERAÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA	325
8.2.	CABIMENTO	327
8.2.1.	Hipóteses de cabimento do recurso especial	327
8.2.1.1.	Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (art. 105, III, "a", da CF)	328
8.2.1.2.	Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, "b", da CF)	332
8.2.1.3.	Decisão que dá a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (art. 105, III, "c", da CF)	333
8.2.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	335
8.2.2.1.	Decisão que contraria dispositivo da Constituição Federal (art. 102, III, "a", da CF)	337
8.2.2.2.	Decisão que declara a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, "b", da CF)	340
8.3.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	342

8.3.1.	Pressupostos de admissibilidade ordinários	344
8.3.2.	Pressupostos de admissibilidade extraordinários aplicáveis a ambos os recursos	345
8.3.2.1.	Da “vedação ao reexame fático-probatório” (Súmulas 7 do STJ e 279 do STF).....	346
8.3.2.2.	Exigência de prequestionamento da matéria (Súmula 282 do STF)	350
8.3.2.3.	Exigência de enfrentamento de todos os temas que sustentaram o acórdão impugnado (Súmula 283 do STF e Súmula 126 do STJ)	353
8.3.2.4.	Exigência de esgotamento das vias ordinárias (Súmula 281 do STF e Súmula 207 do STJ)	355
8.3.3.	A repercussão geral: pressuposto de admissibilidade aplicável apenas ao recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da CF)	355
8.4.	PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	360
8.4.1.	Interposição simultânea de recurso extraordinário e recurso especial	363
8.4.2.	Múltiplos recursos extraordinários e especiais repetitivos sob idêntica controvérsia	364
8.5.	EFEITOS DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	368
8.5.1.	Efeito devolutivo	369
8.5.2.	Efeito suspensivo	369
8.5.3.	Efeito regressivo	373
8.6.	RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA PRÁTICA FORENSE... 373	
8.6.1.	Recurso especial na prática.....	385
8.6.1.1.	Recurso especial interposto pela defesa em caso concreto com fundamento na alínea “a” do art. 105, III, da CF.....	389
8.6.1.2.	Recurso especial interposto pela defesa em caso concreto com fundamento na alínea “c” do art. 105, III, da CF	402
8.6.2.	Recurso extraordinário na prática	413
8.6.2.1.	Modelo genérico de recurso extraordinário interposto pela defesa com fundamento na alínea “a” do art. 102, III, da CF.....	416
9.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO (ART. 1.042 DO CPP).....	421
9.1.	CONCEITO E CABIMENTO	421
9.2.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	424
9.3.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA PRÁTICA... 426	
9.3.1.	Modelo de agravo em recurso especial interposto contra decisão de inadmissibilidade de tribunal de justiça.....	428

10. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL (ART. 1.021 DO CPC/2015, ART. 258 DO RISTJ, ART. 317 DO RISTF E ART. 39 DA LEI Nº 8.038/1990).....	432
10.1. CONCEITO E CABIMENTO	432
10.1.1. Cabimento do agravo regimental criminal nos Tribunais de 2ª instância.....	433
10.1.2. Cabimento do agravo regimental criminal perante as Cortes Superiores (STJ e STF).....	436
10.1.3. Resumo esquemático	438
10.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	439
10.2.1. Processamento do agravo regimental no STJ e STF.....	439
10.3. AGRAVO REGIMENTAL NA PRÁTICA CRIMINAL	440
10.3.1. Modelo de agravo regimental em recurso especial perante o STJ.....	441
11. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (ARTS. 330 A 336 DO RISTF, ARTS. 266 E 267 DO RISTJ, E ARTS. 1.043 E 1.044 DO CPC/2015)	446
11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONCEITO	446
11.2. CABIMENTO E ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	447
11.2.1. Cabimento, processamento e julgamento dos embargos de divergência no STJ (arts. 11, XIII, 12, parágrafo único, I, e 266 a 267 do RISTJ)	450
11.2.2. Cabimento, processamento e julgamento dos embargos de divergência no STF (arts. 330 a 332 e 334 a 336 do RISTF) ...	454
11.2.3. Cabimento dos embargos de divergência em face dos agravos previstos nos arts. 1.021 e 1.042 do CPC/2015 (agravo interno/regimental e agravo em recurso especial/extraordinário).....	455
11.2.3.1. Decisão monocrática do ministro relator (do STJ ou STF) do agravo em recurso especial/extraordinário	457
11.2.3.2. Decisão proferida pelo colegiado no julgamento de agravo em recurso especial/extraordinário	459
11.2.3.3. Decisão proferida no julgamento de agravo interno/regimental.....	466

CAPÍTULO 3

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO & CORREIÇÃO PARCIAL

1. <i>HABEAS CORPUS</i>	467
1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E PRECEDENTE HISTÓRICO	467
1.2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	468
1.3. CLASSIFICAÇÃO: ESPÉCIES DE <i>HABEAS CORPUS</i>	471

1.3.1.	<i>Habeas corpus</i> repressivo (ou liberatório)	472
1.3.2.	<i>Habeas corpus</i> preventivo	472
1.3.3.	<i>Habeas corpus</i> profilático	473
1.4.	OBJETO E CABIMENTO	474
1.4.1.	Da coação ilegal: hipóteses de cabimento previstas no rol do art. 648 do CPP	475
1.4.1.1.	Quando não houver justa causa (art. 648, I)	475
1.4.1.2.	Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei (art. 648, II)	477
1.4.1.3.	Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo (art. 648, III)	479
1.4.1.4.	Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação (art. 648, IV)	481
1.4.1.5.	Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei autoriza (art. 648, V)	482
1.4.1.6.	Quando o processo for manifestamente nulo (art. 648, VI)	482
1.4.1.7.	Quando extinta a punibilidade (art. 648, VII)	484
1.4.2.	Outras hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	486
1.4.2.1.	<i>Habeas corpus</i> objetivando o trancamento de processo criminal	486
1.4.2.2.	<i>Habeas corpus</i> objetivando a suspensão do processo por questão prejudicial que versa sob o estado das pessoas (art. 92 do CPP)	488
1.4.2.3.	<i>Habeas corpus</i> frente à medida protetiva no âmbito da violência doméstica	489
1.4.2.4.	<i>Habeas corpus</i> frente às medidas cautelares diversas da prisão	489
1.4.2.5.	<i>Habeas corpus</i> impetrado por promotor de justiça ou assistente de acusação visando anular processo que absolveu o réu	490
1.4.2.6.	<i>Habeas corpus</i> objetivando agilizar a tramitação de processo criminal	490
1.4.2.7.	<i>Habeas corpus</i> frente à decisão já transitada em julgado	491
1.4.3.	Cabimento do <i>habeas corpus</i> no âmbito de outras esferas do direito e de situações excepcionais de estado	493
1.4.3.1.	Punições disciplinares militares	493
1.4.3.2.	Estado de sítio	495
1.4.3.3.	Prisão administrativa	496
1.5.	PRESSUPOSTOS DE CONHECIMENTO	498
1.5.1.	Supressão de Instância	499
1.5.2.	Dilação probatória	501
1.5.3.	Constrangimento ilegal direto ou indireto	502
1.6.	LEGITIMIDADE: SUJEITOS DO <i>HABEAS CORPUS</i>	503

1.6.1.	Paciente.....	503
1.6.1.1.	Possibilidade de impetração do <i>writ</i> em benefício da coletividade indeterminada (<i>habeas corpus</i> coletivo).....	504
1.6.2.	Impetrante.....	507
1.6.3.	Coator.....	508
1.7.	COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO.....	510
1.7.1.	Competência do Supremo Tribunal Federal.....	511
1.7.2.	Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	512
1.7.3.	Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	513
1.7.4.	Competência dos Tribunais de Justiça.....	513
1.7.5.	Competência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais.....	514
1.7.6.	Competência do juiz singular (federal ou estadual).....	514
1.8.	PROCEDIMENTO.....	515
1.8.1.	Petição inicial e capacidade postulatória.....	515
1.8.2.	Pedido liminar.....	516
1.8.3.	Processamento e julgamento.....	517
1.9.	<i>HABEAS CORPUS</i> NA PRÁTICA.....	523
1.9.1.	<i>Habeas corpus</i> em caso concreto com fundamento no art. 648, I, do CPP.....	523
2.	REVISÃO CRIMINAL.....	532
2.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA.....	532
2.2.	CONCEITO E CABIMENTO.....	534
2.2.1.	Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos (art. 621, I, do CPP).....	534
2.2.2.	Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (art. 621, II, do CPP).....	539
2.2.3.	Superveniência de provas novas da inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621, III, do CPP).....	540
2.3.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E SITUAÇÕES RELEVANTES EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL.....	542
2.3.1.	Revisão criminal contra decisão absolutória imprópria.....	542
2.3.2.	Revisão criminal contra decisão absolutória visando alterar o fundamento legal da absolvição.....	543
2.3.3.	Revisão criminal no rito do Tribunal do Júri.....	544
2.3.4.	Revisão criminal contra decisão do juiz da execução criminal.....	546
2.3.5.	Revisão criminal objetivando reconhecer nulidade processual.....	547
2.3.6.	Revisão criminal objetivando reconhecer a extinção da punibilidade.....	547

2.3.7.	Revisão criminal objetivando a readequação típica do crime ou a diminuição da pena	548
2.3.8.	Revisão criminal objetivando o oferecimento de acordo de não persecução penal de forma retroativa	549
2.3.9.	Revisão criminal objetivando reconhecer transação penal ..	550
2.3.10.	Revisão criminal em caso de <i>impeachment</i>	551
2.4.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	551
2.4.1.	Legitimidade para a interposição	551
2.4.2.	Competência para processamento e julgamento	553
2.4.3.	Ausência de prazo para ajuizamento	556
2.4.4.	Dilação probatória e ajuizamento de justificação criminal pretérita à revisão criminal	557
2.4.5.	Intimação do assistente de acusação habilitado na ação penal originária acerca do ajuizamento da revisão criminal ...	558
2.4.6.	Ordem dos atos procedimentais	559
2.4.7.	Recursos e meios de impugnação cabíveis contra as decisões proferidas em revisão criminal	560
2.5.	EFEITOS DA REVISÃO CRIMINAL	562
2.5.1.	Efeitos da interposição	562
2.5.2.	Efeitos do julgamento	563
2.6.	REVISÃO CRIMINAL E JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL NA PRÁTICA	564
2.6.1.	Revisão criminal em caso concreto com fundamento no art. 621, III, do CPP	565
2.6.1.1.	Modelo de justificação criminal com base no caso concreto narrado.....	568
2.6.1.2.	Modelo de revisão criminal com base no caso concreto narrado.....	573
3.	MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL	576
3.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA.....	576
3.2.	CONCEITO E CABIMENTO	577
3.2.1.	Espécies de mandado de segurança	579
3.2.2.	Vedações ao manejo do mandado de segurança	580
3.2.3.	Hipóteses comuns de cabimento do mandado de segurança na esfera criminal	582
3.2.3.1.	Decisão que indefere a habilitação do assistente de acusação.....	582
3.2.3.2.	Decisão que determina o sequestro de bens do indivíduo quando ausentes os requisitos legais	583
3.2.3.3.	Direito de acesso do advogado aos autos de inquérito policial sigiloso	583
3.2.3.4.	Exclusão do nome do impetrante dos registros externos de antecedentes criminais	586
3.2.3.5.	Trancamento de ação penal em que figura no polo passivo pessoa jurídica.....	586

3.3.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	587
3.3.1.	Forma e prazo	587
3.3.2.	Espécies de tutela	587
3.3.3.	Competência para o julgamento.....	588
3.3.4.	Legitimidade ativa e passiva	589
3.3.5.	Processamento	591
3.3.6.	Recursos em face das decisões no mandado de segurança...	592
3.4.	MANDADO DE SEGURANÇA NA PRÁTICA	593
3.4.1.	Mandado de segurança criminal interposto pela defesa em caso concreto.....	594
4.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	600
4.1.	NATUREZA JURÍDICA, CONCEITO E CABIMENTO	600
4.2.	COMPETÊNCIA PARA JULGAR.....	602
4.3.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS.....	604
4.3.1.	Prazo, forma e processamento.....	604
5.	CORREIÇÃO PARCIAL	605
5.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS, CONCEITO E CABIMENTO.....	605
5.1.1.	Aplicação do princípio da fungibilidade no âmbito da correção parcial	609
5.2.	NATUREZA JURÍDICA	611
5.3.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	614
5.3.1.	Interposição de recursos especial e extraordinário contra as decisões proferidas em correção parcial	616
5.4.	EFEITOS	616
5.5.	CORREIÇÃO PARCIAL NA PRÁTICA	617
5.5.1.	Modelo genérico de correção parcial para defensores	619
	BIBLIOGRAFIA	623